



ATA N.º 2517

1 Aos **quatro** dias do mês de **setembro** do ano de **dois mil e doze**, reuniram-se, em caráter **ordinário**, às
2 dezoito horas e vinte minutos, na Sala de Reuniões do sexto pavimento do prédio das Secretarias de Obras e
3 Viação e do Planejamento Municipal, os seguintes conselheiros do Municipal de Desenvolvimento Urbano
4 Ambiental (CMDUA): **José Euclésio dos Santos**, titular da Associação Gaúcha de Direito Imobiliário e
5 Empresarial (AGADIE), e presidindo a reunião; **Ney Fernando Biffignandi**, titular do Departamento Municipal
6 de Habitação (DEMHAB); **Julio Cezar Faria Miranda**, titular da Empresa Pública de Transporte e Circulação
7 (EPTC); **Jussara Pires**, titular da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional
8 (METROPLAN); **Rosane Zottis**, titular, **Maria do Carmo Lebsa**, primeira suplente, e **Rodrigo de Castilhos**
9 **da Silva**, segundo suplente do Gabinete do Prefeito (GP); **Antonio Luis Gomes Pinto**, segundo suplente da
10 secretaria de Planejamento Municipal (SPM); **René de Souza**, titular da Secretaria Municipal de Gestão e
11 Acompanhamento Estratégico (SMGAE); **Gilmara Muller**, primeira suplente da Secretaria Municipal de Obras
12 e Viação (SMOV); **Pedro Alberto da Silva Souza**, titular da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM);
13 **Iara Regina Castello**, titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); **Fabiana Figueiró**,
14 titular suplente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES); **Jorge Diogo de Jesus**,
15 segundo suplente da Associação Riograndense dos Escritórios de Arquitetura (AREA); **Anelise Cancelli**,
16 primeira suplente do Instituto Urbano Ambiental (IUA); **José Luiz Seabra Domingues**, titular da Ordem dos
17 Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul (OAB/RS); **Jorge Larré**, primeiro suplente do Sindicato dos
18 Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Porto Alegre (STICC); **Diogo Schiaffino**, titular da
19 Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul (SERGS); **Ibirá Lucas**, primeiro suplente, e **Roberto Ivan**
20 **Raul Jakubaszko**, segundo suplente da Região de Gestão de Planejamento Um (RGP 1); **Jorge Tadeu**
21 **Conseição de Souza**, primeiro suplente da Região de Gestão de Planejamento Dois (RGP 2); **Luis Carlos**
22 **Pires**, titular da Região de Gestão de Planejamento Três (RGP 3); **Clarita Parizotto**, titular da Região de
23 Gestão de Planejamento Quatro (RGP 4); **Ricardo Antonio Angelini**, titular da Região de Gestão de
24 Planejamento Cinco (RGP 5); **Anadir Laurdes Alba**, titular, **José Ronaldo Leite Silva**, primeiro suplente da
25 Região de Gestão de Planejamento Seis (RGP 6); **Altayr Barison**, titular, e **Eduíno de Mattos**, primeiro
26 suplente da Região de Gestão de Planejamento Sete (RGP 7); **Rosane de Marco**, titular, e **Dalcina Vargas**,
27 primeira suplente da Região de Gestão de Planejamento Oito (RGP 8); **Alceu da Rosa Silva**, titular, **Rosaura**
28 **Teixeira Dutra**, primeira suplente, e **Heverson Lis Vilar da Cunha**, segundo suplente da Temática do
29 Orçamento Participativo Organização da Cidade Desenvolvimento Urbano Ambiental (OCDUA), e **Ana Paula**
30 **Tomasi**, Secretária Executiva e relatora dos trabalhos. **Presidente** fez a abertura da Sessão e deu início à
31 **Votação da Ata**. Conselheiro Ronaldo solicitou a correção na ata em nome do Conselheiro Arno, que enviara
32 por *e-mail* as seguintes considerações: Que o mesmo havia comunicado que o Grupo de Trabalho instituído
33 para tratar da restauração das áreas rurais de Porto Alegre não se reunia há meses, que não havia atas de
34 reuniões, que aparentemente havia falta de plano de trabalho e que opinava ser a situação preocupante; que
35 a partir da linha oito da página dois fosse corrigido a sua fala e que a mesma constasse da seguinte forma: "O
36 Conselheiro **Arno (RP6)** destacou a importância do tema "Altura das Edificações e restrições à altura de
37 obstáculos e ruído". Lembrou que as restrições estão relacionadas com a segurança de vôo e resultam de
38 acordos internacionais de Aviação Civil, como a Convenção de Chicago, assinada pelo Brasil. Que as regras
39 constam em anexos à Convenção. Que o Brasil tem o obrigação de cumpri-las. Que o Presidente Gothe
40 comunicou que o Executivo Municipal, através da SPM, continuará as tratativas no sentido de encontrar uma
41 solução junto ao V. COMAR. Que o Conselheiro **Arno (RP6)** voltou ao assunto informando que a Constituição
42 do Estado determina a preservação das zonas de proteção dos aeroportos e que com diálogo entre a
43 Prefeitura e a Aeronáutica provavelmente teremos um entendimento Citou Goiania como exemplo de cidades
44 que preservam as zonas de proteção a aeroportos no Brasil, e quem sabe no exterior, Nova York."
45 Conselheira **Anelise (IUA)** solicitou que a fala do Arquiteto Milton Nardi, o qual explanou sobre as questões
46 relativas ao V COMAR, constasse com maior detalhamento. A ata com as retificações propostas foi colocada
47 em votação e foi aprovada por unanimidade. **Presidente** deu início às **Comunicações**. Conselheiro **Eduíno**
48 (RGP 7) informou sobre as obras dos corredores de ônibus realizadas na Bento Gonçalves, e solicitou
49 atenção à falta de agentes da EPTC no local, referiu semáforos desligados e a situação de caos. Em relação
50 ao programa *Minha Casa, Minha Vida*, referiu a falta de urbanismo dos projetos. Exemplificou construção de
51 churrasqueiras de forma indevida. Conselheiro **Euclésio (AGADIE)** referiu a importância de haver agentes da
52 EPTC na avenida Beira Rio a partir das dezoito horas. Conselheiro **Alceu (OCDUA)** opinou que a
53 apresentação relativa ao V COMAR realizada na última reunião deveria ter se dado de forma mais
54 aprofundada. Referiu propaganda eleitoral de candidato que diz que irá organizar a segurança pública, mas
55 questionou a competência do Município para atuar na área. Conselheira **Rosane (RGP 8)** informou que existe
56 agendamento para a realização de reunião do Grupo de Trabalho instituído para tratar das áreas rurais, na
57 próxima quinta feira, deu detalhes. Informou sobre notícia da discussão sobre o aumento dos salários dos



ATA N.º 2517

1 vereadores, condenou a legislação dos vereadores em causa própria, em detrimento de verbas escassas para
2 fins relevantes. Conselheiro **Ronaldo** (RGP 6) informou que a RGP 6 protocolou processo de solicitação para
3 que o processo que trata da proposta de estudo prioritário de Mobilidade Urbana de 2010 retornasse à EPTC
4 para nova análise. Disse que o Fórum regional discute o tema em suas pautas, onde há a discussão
5 detalhada de pontos críticos. Informou que no próximo dia dezessete haverá encontro para a discussão de
6 dois pontos em especial, referiu falta de definição de projetos e com isso risco de aprovação à
7 empreendimentos que tragam prejuízos à *mobilidade viária*. Conselheiro **Jakubaszko** informou sobre
8 instalação de equipamentos em quantidade exagerada sobre as calçadas do centro, do tipo banca de revistas,
9 os quais representam obstáculos ao pedestre. Divulgou a inauguração do Auditório Araújo Vianna, no dia vinte
10 de setembro. Falou sobre a dificuldade que o Fórum da RGP 1 enfrenta para contar com a presença da EPTC
11 em suas reuniões, apesar dos diversos convites. Conselheira **Gilmara** (SMOV) justificou a não realização da
12 reunião da comissão técnica no dia, desculpou-se pela confusão nas datas, e informou a pauta da reunião,
13 relativa à mobilidade urbana. Conselheiro **Heverson** (OCDUA) informou que participou de seminário sobre o
14 orçamento do Estado, informou comprometimento da verba, referiu dívidas e projetos para a Copa. Informou
15 sobre a possibilidade de participação do CMDUA na previsão orçamentária do Município, e a falta desta
16 prática pelo conselho. Informou que os Fóruns de Planejamento não possuem infra-estrutura disponível para
17 os trabalhos, e opinou importante que fosse previsto o aparelhamento para a sua qualificação. Falou sobre a
18 aprovação de empreendimentos do programa *Minha Casa, Minha Vida* sem as mínimas condições de
19 infraestrutura, como creches e postos de saúde. Deu detalhes e referiu legislações. **Presidente** deu início à
20 **Ordem do Dia. Processo Quatro Ponto Um. Expediente:** 002.073510.11.4. **Interessado:** SPM. **Assunto:**
21 **Resolução:** Alteração de Regime de Atividades. De GA 1 para GA 03. **Local:** Rua Correa Lima. **Relator:**
22 **SMGAE.** O processo está com vistas à AGADIE em 14/02/2012, com diligências à EPTC, SMOV e SMIC.
23 Não retornou. **Adiado.** **Presidente** solicitou a secretária executiva que solicitasse à SMIC a agilidade nos
24 trâmites. **Processo Quatro Ponto Dois. Expediente:** 002.245141.00.7. **Interessado:** Vivo. **Assunto:**
25 **Parecer:** ERB – “ROOFTOP” **Local:** Av. Independência, 811/813 e Rua Santo Antônio, 522. **Relator:** **ABES.**
26 **Encaminhamentos:** Em diligências à SPM em 13/03/2012 (para comparecimento do requerente). Não
27 retornou. **Adiado.** **Presidente** informou que o requerente seria oficiado, para que se manifestasse quanto ao
28 processo, e que em caso contrário o mesmo seria retirado da pauta. **Processo Quatro Ponto Três.**
29 **Expediente:** 002.074330.11.0. **Interessado:** Daniel Sartori. **Assunto:** Resolução – Alteração de Grupamento
30 de Atividades. **Local:** Rua Estevão Cruz, em toda a sua extensão (MZ4 030) Cristal 0 RGP 5. **Relator:** **RGP 4.**
31 **Encaminhamentos:** Vistas à RGP 5 em 24/07/2012. Em diligências à EPTC e GP em 31/07/2012. Não
32 retornou. Conselheiro **Ricardo** (RGP 5), informou que em contato com a EPTC tomou conhecimento de que o
33 processo recebera parecer desta empresa Pública, leu o mesmo, e informou o encaminhamento para a SPM,
34 para o pronunciamento quanto à viabilidade de alargamento da via em pauta. **Em diligências à SPM.**
35 **Processo Quatro Ponto Quatro. Expediente:** 002.332485.00.0. **Interessado:** SPM. **Assunto:** Resolução de
36 Ajuste de limites de Unidade de Estruturação Urbana na Área de Ocupação Intensiva **Local:** Junto ao
37 Entroncamento da Av., Marechal Osório com Av. Ernesto Neugebauer. **Relator:** RGP 7. **Encaminhamentos:**
38 Vistas à RGP 2 em 21 de agosto de 2012. Retornou. Conselheiro **Eduíno** (RGP 7), relator do processo,
39 solicitou a manifestação da RGP 2 em razão do pedido de vistas. Conselheiro **Jorge** (RGP 2) informou
40 parecer do Fórum. Informou histórico da área, referiu trâmites e interesses envolvidos. Referiu área de
41 interesse diversos. Deu detalhes. Referiu a cedência irregular da área para interesse de transportadores.
42 Informou posicionamento contrário do Fórum, referiu que a aprovação levaria ao desalojamento de famílias de
43 baixa ou nenhuma renda. Manifestou posicionamento contrário à utilização da área de forma livre de ônus
44 pelo empreendedor. Opinou que em caso de haver alterações na área, as mesmas possam se dar para
45 contemplar a construção de moradias para as famílias residentes no local. Referiu contrato constante no
46 processo, assinado por apenas um dos diretores da entidade beneficiária e não de dois como deve ser. Falou
47 sobre a falta de notificação aos moradores. Solicitou diligências para a possibilidade de regularização da
48 situação pelo interessado. Conselheiro **Eduíno** (RGP 7), relator do processo, apresentou o mesmo. Opinou
49 que é competência do CMDUA analisar questões sociais. Informou que formalizou no processo a solicitação
50 pelo Fórum Sete de esclarecimentos. Informou que a área é crítica em relação ao tráfego e novas edificações.
51 Referiu tratar-se de local determinante à drenagem e prevenção de cheias. Referiu tratar-se de área crítica
52 ambientalmente. Referiu a falta de previsão legal para a concessão para fins diversos que não a instalação
53 de pedágios. Opinou irregular a cláusula de pagamento de aluguel. Referiu a necessidade de desalojar
54 famílias para contemplar a aprovação do solicitado. Referiu que a proposta representa objetivos contrários à
55 fluidez do trânsito. Referiu a portaria pela ATT publicada sem a devida responsabilidade e que por este motivo
56 realizou representação junto Ministério Público. Deu detalhes e solicitou diligências ao GP, GPE, SPM, SMAM
57 e EPTC, para avaliação e indeferimento do solicitado. Informou anexação no processo da representação junto
58 ao Ministério Público e de arquivos digitais com fotos. **Processo em diligências à SPM. Processo Quatro**



ATA N.º 2517

1 **Ponto Cinco. Expediente:** 002.072721.12.0. **Interessado:** SPM. **Assunto:** Resolução – Eliminação de
2 Gravame de passagem de Pedestre. **Local:** Quarteirão formado pelas ruas: Concorde, Marechal José
3 Machado Lopes, Henrique Scilar, e Zeevjabotinki – MZ03 UEU098. **Relator:** RGP 8. Conselheira **Rosane**
4 (RGP 8) solicitou maior prazo para relatar. **Adiado. Processo Quatro Ponto Seis. Expediente:**
5 **002.238981.00.9. Interessado:** Hospital Mãe de Deus “Associação Educadora São Carlos”. Assunto: EVU
6 para ampliação do Hospital Mãe de Deus. Local: Rua José de Alencar, nº192/200/206/220/286/304 – Rua
7 Costa, 29/49/67/71/129/143 – Av. Praia de Belas, 2286 – Rua Grão Pará, 191/121/211. **Relator:** OCDUA.
8 Encaminhamentos: Vistas à RGP 1 em 28/08/2012. Retornou. Conselheiro **Ibirá** (RGP 1) informou o
9 posicionamento favorável do Fórum da Região Um. Conselheiro **Alceu** (OCDUA), relator do processo,
10 informou documentação anexada e encaminhamento adequado para vistas, com retorno formal e de
11 contribuição ao processo. Deu detalhes sobre o processo. Referiu situação particular em que pode obter
12 atendimento pelo Hospital e exemplar atendimento. Referiu o orgulho em relatar o processo e o seu
13 posicionamento favorável à aprovação. Não havendo outras manifestações, o parecer favorável do relator foi
14 colocado em votação e foi aprovado por unanimidade. **Processo Aprovado. Item Quatro Ponto Sete. 19:15.**
15 **Apresentação pela CAADHAP – Comissão Análise e Aprovação de Demanda Habitacional Prioritária.**
16 Relatório de Empreendimentos do Programa *Minha Casa, Minha Vida*. **GP Comissões.** Conselheira **Rosane**
17 (GP) informou que estavam presentes os colegas, Engenheiro **Carlos Henrique Reis e Silva** (DEMHAB), e
18 **Rodrigo e Maria do Carmo** (GP). Informou que conforme combinado, foi elaborada apresentação de síntese
19 dos empreendimentos que tramitaram pela Comissão – CAADHAP desde a sua instituição. Foi distribuído
20 material impresso com o informativo dos empreendimentos que tramitaram pela CAADHAP especificamente a
21 cada Região de Gestão de Planejamento. Engenheiro **Reis** (DEMHAB) informou sobre o funcionamento do
22 Programa *Minha Casa, Minha Vida*. Informou o déficit existente para o público de até três salários mínimos.
23 Informou que não existem quotas habitacionais para os municípios e sim para os estados. Apresentou a lei de
24 instituição do programa. Informou a lei 636 que institui o programa para a cidade de Porto Alegre. Fez
25 projeção de imagens. Deu detalhes sobre o funcionamento e andamento do programa no município.
26 Apresentou os dados dos relatórios de forma mapeada. Referiu expansão para a Zona Sul da Cidade.
27 Informou trabalho realizado pelo GT Comissões, com iniciativa dos servidores. Informou informações que
28 representam ferramentas importantes para o planejamento e qualificação urbana, na implementação de infra-
29 estrutura necessária. Finalizada a apresentação, houve período para manifestações. Conselheiro **Rodrigo**
30 (GP) informou detalhamento sobre o loteamento Jardim Paraíso. Informou que cada conselheiro regional
31 recebeu relatório de sua região específica. Deu detalhes. Engenheiro **Reis** continuou a explanação. Informou
32 detalhes específicos e que outros esclarecimentos poderiam ser enviados por escrito. Conselheiro **Alceu**
33 (OCDUA) falou sobre a necessidade de profissionais competentes para gerenciar o programa. Opinou
34 errônea a classificação de “de zero até seis salários mínimos”. Deu detalhes. Engenheiro **Reis** informou sobre
35 a existência de renda mínima, apesar da terminologia coloquial “de zero” até três. Conselheiro **Luis Carlos**
36 (RGP 3) falou sobre a fragilidade dos programas, tendo em vista a falta de avaliação real da situação dos
37 beneficiados, e falta de fiscalização. Referiu a atuação dos grileiros e questionou a falta de atuação do
38 DEMHAB neste sentido. Conselheira **Rosane** (RGP 8) questionou como ficam as situações dos loteamentos
39 irregulares. Opinou que seria a primeira situação a ser combatida. **Presidente** informou que a informação
40 estaria a cargo do Núcleo de Regularização da PGM. Conselheira **Rosane** (RGP 8) opinou importante que se
41 chame a PGM para debate. Opinou incoerente a criação de GT para manter a área rural, em contrapartida à
42 expansão imobiliária para a região. Solicitou que pudesse ser enviado o relatório geral dos empreendimentos.
43 Conselheira **Jussara** (METROPLAN), solicitou que os demais conselheiros também recebessem o material.
44 Engenheiro **Reis** detalhou a apresentação. Disse da preocupação coerente com a estruturação da região do
45 extremo sul. Conselheira **Rosaura** (OCDUA) salientou a importância das informações para o planejamento
46 regional qualificado. Engenheiro **Reis** (DEMHAB) informou o trabalho intenso da CAADHAP para atualizar as
47 informações. Conselheira **Anadir** (RGP 6) opinou importante o maior debate sobre o tema. Questionou o
48 percentual de áreas ocupadas irregular e regularmente. Questionou sobre os recursos do solo criado. Foi
49 salientada a pertinência das informações de irregularidade pela Gerência de Regularização de Loteamentos.
50 Conselheiro **Jakubaszko** (RGP 1) questionou data de início dos trabalhos, e até quando duraria. Opinou
51 importante a luta para a preservação da Área Rural de Porto Alegre. Opinou importante que a OCDUA
52 abordasse questões além das Cooperativas Habitacionais. Engenheiro **Reis** (DEMHAB) informou os trabalhos
53 iniciados em dois mil e nove, e a migração do empresariado que obtiveram maiores benefícios. Deu detalhes.
54 Conselheiro **Eduíno** (RGP 7) elogiou os trabalhos. Mas informou sobre a dificuldade de encaminhamento
55 através do CMDUA, de exigir a devida infra-estrutura antes da instalação dos empreendimentos. Opinou que
56 haja a qualidade técnica, mas chamou de “clientelista”. Salientou a necessidade de estruturação urbana prévia
57 ou atrelada à aprovação. Condenou o desvio de contrapartidas a regiões diversas a dos empreendimentos.
58 Engenheiro **Reis** referiu o trabalho técnico dedicado à qualificação independente de viés político. Falou sobre



ATA N.º 2517

1 a importância de haver o aproveitamento dos recursos federais existentes e neste sentido a existência de
2 projetos para o melhoramento da cidade. Conselheira **Dalcina** (RP 8) informou que acompanhou vários
3 processos na Restinga. Disse que não há o devido atendimento dos definições e opiniões dos moradores, e
4 de seus representantes legais. Informou casos em especial. Condenou o gravame de AEIS para até três
5 salários e a efetiva aprovação de três a seis. Referiu exemplos de denúncias feitas em relação a
6 empreendimentos aprovados de forma inadequada, sem a infra-estrutura, gerando focos de problemas de
7 lixo, falta de equipamentos comunitários, entre outros. Deu detalhes. Conselheira **Rosane** (GP) esclareceu
8 sobre as AEIS, informou que a aprovação no CMDUA não representa a mesma aprovada na Câmara.
9 Informou que esta se deu com a definição de percentual de vinte por cento para áreas destinadas a faixa de
10 zero a três. Deu detalhes sobre os empreendimentos *Camilas*, em relação à destinação de áreas a
11 equipamentos comunitários. Referiu a atenção necessária ao sistema viário. Opinou que as denúncias sejam
12 importantes, na verificação do que cabe ao Município. Informou sobre o alto índice de desistências por
13 empreendedores. Conselheira **Anadir** (RGP 6) criticou as construtoras, quando não respeitam os pedestres e
14 sujam e obstruem os passeios. Conselheiro **Heverson** (OCDUA) informou que nos últimos seis anos faltou
15 planejamento ao desenvolvimento urbano na região do extremo sul. Referiu a Restinga como área instável por
16 natureza e de proteção ambiental. Deu detalhes. Criticou a dificuldade da comunidade em regularizar
17 loteamento, em detrimento da facilidade de aprovações pelas CAADHAP. Deu exemplou de aprovações as
18 quais opinou serem indevidas. Falou sobre a previsão de instalação de posto de saúde para cada oitocentas
19 novas casas geradas. Seguiram os debates. Conselheira **Rosane** (GP) informou existência de loteamentos
20 irregulares que adensam a cidade, e que todos os projetos aprovados na CAADHAP contam com a devida
21 doação de área para equipamentos. Salientou que a comissão trata dos empreendimentos regulares.
22 Engenheiro Reis destacou que oitenta por cento das unidades de cada empreendimento são destinadas para
23 moradores da respectiva região e que neste sentido não há o adensamento massivo. Informou sobre a rede
24 de esgoto e o atendimento, para a aprovação, às exigências do Município. Salientou o atendimento ao plano
25 Diretor. Seguiram os detalhes. Pelo adiantado da hora, Às vinte horas e trinta minutos, foram encerrados os
26 trabalhos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Eu, **Ana Paula Tomasi**, juntamente
27 com o **presidente** da sessão, assino e lavro a presente ata.
28
29
30
31

32 _____
33 **Ana Paula Tomasi**
34 Secretária Executiva

35 _____
36 **José Euclésio dos Santos**
37 Vice Presidente

38 **Correções solicitadas na sessão do dia 11 de setembro de 2012:**

39 Conselheiro **Jorge** (RGP 2) solicitou que constasse na sua manifestação, que, em caso de ocorrer alterações na área, as mesmas
40 deveriam ocorrer em benefício dos moradores que ali residem. Solicitou que fosse detalhada a sua fala no sentido de esclarecer que
41 referiu que a simples publicação no Diário Oficial da União não bastava, mas que deveria haver a notificação das pessoas que
42 morassem no local.
43

44 **Folha 02, linha 07:** Acréscimo na fala do conselheiro **Ronaldo** (RGP 6) do termo “à mobilidade viária” (já constante no corpo do texto).
45

46 **A íntegra desta sessão encontra-se disponível em áudio junto à Secretaria Executiva deste Conselho.**